



Justiça Federal
Seção Judiciária do Rio Grande do Sul
Subseção Judiciária do Rio Grande
1ª Vara Federal

Prova de seleção para estágio remunerado

NOME: _____

Instruções gerais:

A prova se constitui de 20 (vinte) questões objetivas, valendo 1 (um) ponto cada uma, e 1 (uma) redação de caráter dissertativo, valendo 10 (dez) pontos.

A redação deverá ser redigida entre 15 (quinze) e 30 (trinta) linhas.

O tempo máximo de realização da prova é de 3 (três) horas.

Durante a realização da prova, não é permitido o uso de qualquer material de consulta, a comunicação entre os candidatos e o uso de aparelho celular.

Questões objetivas:

Leia atentamente cada enunciado e marque a alternativa correta na folha de respostas. Não serão admitidas rasuras. Alternativas rasuradas serão desconsideradas.

1. Acerca dos direitos e garantias fundamentais é INCORRETO afirmar, à luz do texto constitucional e da doutrina:

- a) Será concedido habeas corpus sempre que alguém sofrer ou se achar ameaçado de sofrer violência ou coação em sua liberdade de locomoção, por ilegalidade ou abuso de poder.
- b) A alimentação e a moradia são direitos sociais.
- c) As normas definidoras dos direitos e garantias fundamentais consubstanciam programas e diretrizes para atuação futura dos órgãos estatais, não possuindo, portanto, aplicabilidade imediata.
- d) Ninguém será privado de direitos por motivo de crença religiosa ou de convicção filosófica ou política.



2. Segundo a Constituição Federal e a Lei 9.784/99, que trata do processo administrativo, é INCORRETO afirmar:

- a) A Administração Pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.
- b) Das decisões administrativas cabe recurso, em face de razões de legalidade e de mérito.
- c) A Administração deve anular seus próprios atos, quando eivados de vício de legalidade, e pode revogá-los por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos.
- d) Os atos administrativos somente deverão ser motivados, com indicação dos fatos e dos fundamentos jurídicos, quando decidam processos administrativos de concurso.

3. Conforme se extrai da Lei 8.429/92 (Lei de Improbidade Administrativa), é INCORRETO afirmar:

- a) Reputa-se agente público, para os efeitos da referida lei, todo aquele que exerce, ainda que transitoriamente ou sem remuneração, por eleição, nomeação, designação, contratação ou qualquer outra forma de investidura ou vínculo, mandato, cargo, emprego ou função nas entidades referidas na lei em questão.
- b) Ocorrendo lesão ao patrimônio público por ação ou omissão, dolosa ou culposa, do agente ou de terceiro, dar-se-á o integral ressarcimento do dano.
- c) O sucessor daquele que causar lesão ao patrimônio público ou se enriquecer ilicitamente está sujeito às cominações da Lei nº 8.429/92, até o limite do valor da herança.
- d) O agente público que pratica ato de improbidade administrativa fica isento das sanções previstas na Lei nº 8.429/92 acaso tenha sido punido pela prática do mesmo fato na esfera penal.



4. Acerca da responsabilidade civil, é INCORRETO afirmar:

- a) As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, desde que comprovado o dolo ou a culpa dos agentes.
- b) O poluidor está obrigado, independentemente da existência de culpa, a indenizar ou reparar os danos causados ao meio ambiente afetado por sua atividade.
- c) Também comete ato ilícito, denominado abuso de direito, o titular de um direito que, ao exercê-lo, excede manifestamente os limites impostos pelo seu fim econômico ou social, pela boa-fé ou pelos bons costumes.
- d) Aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência, violar direito e causar dano a outrem, ainda que exclusivamente moral, comete ato ilícito.

5. Quanto à prescrição, é INCORRETO afirmar que:

- a) A pretensão de obter indenização por ato ilícito imputável à União prescreve em cinco anos.
- b) A prescrição da pretensão deduzida em Juízo somente pode ser reconhecida pelo Juiz nos casos em que foi alegada pela parte contrária.
- c) A renúncia da prescrição pode ser expressa ou tácita.
- d) Prescreve em cinco anos, a contar da data em que deveriam ter sido pagas, a ação para haver valores relativos a benefícios previdenciários, salvo o direito dos menores, incapazes e ausentes, na forma do Código Civil.

6. Com relação à contagem dos prazos processuais civis, é INCORRETO afirmar que:

- a) Cuidando-se de prazo peremptório, os dias do começo e do vencimento do prazo não serão protraídos para o primeiro dia útil seguinte, mesmo se coincidirem com



dia em que o expediente forense for encerrado antes ou iniciado depois da hora normal ou houver indisponibilidade da comunicação eletrônica

b) Inexistindo preceito legal ou prazo determinado pelo juiz, será de 5 (cinco) dias o prazo para a prática de ato processual a cargo da parte.

c) Salvo disposição em contrário, os prazos serão contados excluindo o dia do começo e incluindo o dia do vencimento.

d) Na contagem de prazo em dias, estabelecido por lei ou pelo juiz, computar-se-ão somente os dias úteis.

7. Sobre o tratamento que o Novo Código de Processo Civil dá à Jurisdição e à Ação, assinale a afirmativa INCORRETA:

a) A jurisdição civil é exercida pelos juízes, membros do Ministério Público, juízes de paz e tribunais em todo o território nacional.

b) É admissível a ação meramente declaratória, ainda que tenha ocorrido a violação do direito.

c) Para postular em juízo é necessário ter interesse e legitimidade.

d) Ninguém poderá pleitear em nome próprio direito alheio, salvo quando autorizado pelo ordenamento jurídico.

8. Acerca da execução fiscal, estão corretas as assertivas:

I) A execução fiscal pode tramitar de forma judicial ou extrajudicial.

II) A Fazenda Pública pode promover diretamente a penhora de bens do devedor a fim de satisfazer a dívida fiscal.

III) É possível a penhora de bem de família nos casos excepcionados pela lei.

IV) Para combater a execução fiscal, o contribuinte pode opor ação autônoma denominada embargos do devedor.

a) I, III e IV.



- b) III e IV.
- c) II e IV.
- d) I e III.

9. Acerca da execução de sentença contra a Fazenda Pública, é INCORRETO afirmar que:

- a) Os pagamentos devidos pelas Fazendas Públicas Federal, Estaduais, Distrital e Municipais, em virtude de sentença judiciária, far-se-ão na ordem cronológica de apresentação dos precatórios e à conta dos créditos respectivos.
- b) Constatada dívida certa, líquida e exigível, deve se proceder à penhora de bens da pessoa jurídica de direito público devedora.
- c) A Fazenda Pública será intimada na pessoa de seu representante judicial para, querendo, no prazo legal, impugnar a execução.
- d) O credor poderá ceder, total ou parcialmente, seus créditos em precatórios a terceiros.

10. Segundo os princípios que regem o Direito Ambiental brasileiro e a Constituição da República Federativa do Brasil, é INCORRETO afirmar:

- a) Incumbe ao Poder Público definir, em todas as unidades da Federação, espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos, sendo a alteração e a supressão permitidas somente através de lei, vedada qualquer utilização que comprometa a integridade dos atributos que justifiquem sua proteção.
- b) O princípio do poluidor-pagador autoriza a emissão de poluentes, desde que em quantidade proporcional ao valor pago pelo estabelecimento ao Poder Público para recuperação de áreas degradadas.
- c) Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre proteção do meio ambiente e controle da poluição.



d) Incumbe ao Poder Público exigir, na forma da lei, para instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente, estudo prévio de impacto ambiental.

11. A Caixa Econômica Federal, por meio do Fundo de Arrendamento Residencial, adquiriu terreno para a construção de moradias populares. No local, entretanto, já existiam algumas habitações, as quais seriam posteriormente demolidas pela empresa pública. Anteriormente ao início das novas construções, o Ministério Público Federal ajuizou ação civil pública em face da Caixa Econômica Federal, postulando a recuperação da área degradada, por se tratar de área de preservação permanente ilegalmente desmatada pelos antigos proprietários, por ocasião da edificação das referidas casas. Na hipótese em apreço, considerando que o desmatamento não foi perpetrado pela Caixa Econômica Federal e com base no entendimento jurisprudencial e doutrinário sobre o tema, é CORRETO afirmar que:

- a) A Caixa Econômica Federal é parte ilegítima para figurar no polo passivo da ação proposta, porquanto não foi a responsável pelo desmatamento ilegal.
- b) A Caixa Econômica Federal deverá reparar o dano ambiental, uma vez que a responsabilidade civil pela reparação dos danos ambientais adere à propriedade, sendo possível cobrar também do atual proprietário condutas derivadas de danos provocados pelos proprietários antigos.
- c) A Caixa Econômica Federal não poderá ser responsabilizada, visto que o adquirente do terreno, por não ser o efetivo causador do dano ambiental, responde apenas pelos fatos posteriores à transferência do imóvel.
- d) A Caixa Econômica Federal deverá reparar o dano ambiental, pois a preservação do ecossistema é uma das finalidades precípua das empresas públicas.



12. Segundo os mandamentos constitucionais, é INCORRETO afirmar:

- a) A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social.
- b) Nenhum benefício que substitua o salário de contribuição ou o rendimento do trabalho do segurado terá valor mensal inferior ao salário mínimo
- c) É princípio que rege a seguridade social a irredutibilidade do valor dos benefícios.
- d) A seguridade social será financiada por toda a sociedade, de forma direta e indireta, nos termos da lei, mediante recursos provenientes dos orçamentos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, sendo vedada a cobrança de contribuições sociais.

13. De acordo com a Lei nº 8.213/91, que rege a Previdência Social, é CORRETO afirmar que:

- a) A aposentadoria por invalidez será devida ao segurado que for considerado incapaz e insusceptível de reabilitação para o exercício de atividade que lhe garanta a subsistência, e será paga a partir dos 65 (sessenta e cinco) anos de idade para os homens e a partir dos 60 (sessenta) anos de idade para as mulheres.
- b) Aposentadoria especial é o benefício previdenciário assegurado somente aos trabalhadores rurais que, cumprida a carência exigida em lei, completarem 60 (sessenta) anos de idade, se homem, e 55 (cinquenta e cinco) anos, se mulher.
- c) Apesar dos recentes questionamentos a respeito, o auxílio-reclusão continua sendo devido ao segurado recolhido à prisão, que não receber remuneração da empresa nem estiver em gozo de auxílio-doença, de aposentadoria ou de abono de permanência em serviço.
- d) São dependentes do segurado o cônjuge, a companheira, o companheiro e o filho não emancipado, de qualquer condição, menor de 21 (vinte e um) anos ou inválido ou que tenha deficiência intelectual ou mental ou deficiência grave.



14. Conforme o sistema jurídico brasileiro, os impostos são regidos pelos seguintes princípios, EXCETO:

- a) princípio da uniformidade geográfica.
- b) princípio da anterioridade.
- c) princípio da retroatividade mitigada.
- d) princípio da vedação ao confisco.

15. Segundo a Constituição da República Federativa do Brasil, é INCORRETO afirmar que:

- a) É vedado aos entes federados exigir ou aumentar tributo sem lei que o estabeleça.
- b) Sempre que possível, os impostos terão caráter pessoal, proibida sua graduação segundo a capacidade econômica do contribuinte.
- c) É permitido aos entes federados instituir tratamento desigual entre contribuintes que não se encontrem em situação equivalente.
- d) É vedado instituir impostos sobre templos de qualquer culto.

16. Acerca dos crimes ambientais, é INCORRETO afirmar:

- a) É crime pescar em período no qual a pesca seja proibida ou em lugares interditados por órgão competente.
- b) Obstar ou dificultar a ação fiscalizadora do Poder Público no trato de questões ambientais é mera infração administrativa, tratando-se de fato atípico no que concerne ao Direito Penal.
- c) É cabível a responsabilização penal das pessoas jurídicas pela prática de crimes contra o meio ambiente.
- d) Nas infrações penais previstas na Lei 9.605/98, a ação penal é pública incondicionada.



17. Considerando-se a competência para o julgamento de ações penais, assinale a alternativa CORRETA:

- a) compete à Justiça do Trabalho processar e julgar as ações penais decorrentes da prática do crime de redução do trabalhador à condição análoga à de escravo.
- b) compete à Justiça Federal processar e julgar as ações penais relativas a crimes praticados contra o patrimônio do Banco do Brasil S.A., empresa pública federal.
- c) compete à Justiça Federal processar e julgar as ações penais relativas a crimes de tráfico internacional de drogas e contrabando.
- d) compete à Justiça Estadual processar e julgar as ações penais relativas a crimes praticados contra o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) quando cometidos em cidade que não é sede de Vara da Justiça Federal.

18. Considerando-se as afirmações abaixo, estão CORRETAS as assertivas:

- I) Audiência de custódia destina-se à realização do interrogatório do acusado que se encontra preso preventivamente no curso da ação penal.
- II) Antes de iniciar o interrogatório, o réu será cientificado do seu direito de permanecer calado e de não responder perguntas que lhe forem formuladas, sendo que o silêncio não importará em confissão, tampouco poderá ser interpretado em prejuízo da defesa.
- III) A prisão em flagrante de qualquer pessoa e o local onde se encontre serão comunicados ao juiz competente, ao Ministério Público e à família do preso ou à pessoa por ele indicada.
- IV) Em se tratando de ação penal pública incondicionada, existe obrigação legal de o Ministério Público recorrer da sentença que absolver o réu.

- a) I, II e III.
- b) III e IV.



- c) II e III.
- d) I e II.

19. Acerca da prisão cautelar, é CORRETO afirmar:

- a) A segregação cautelar é a regra no tocante aos crimes considerados graves, especialmente quando presente a transnacionalidade da conduta, caso do tráfico internacional de drogas.
- b) A substituição da prisão preventiva pela domiciliar somente se aplica para crimes de menor potencial ofensivo.
- c) Admite-se a prisão temporária nos casos de tráfico internacional de drogas, desde que presentes os requisitos previstos na Lei nº 7.960/89.
- d) A prisão preventiva deverá ser obrigatoriamente mantida até o momento da prolação da sentença.

20. Estão corretas as assertivas abaixo, EXCETO:

- a) Se o réu estiver preso, a citação para responder a processo penal será realizada na pessoa do defensor por ele constituído.
- b) Se o acusado no processo penal, citado por edital, não comparecer, nem constituir advogado, ficarão suspensos o processo e o curso do prazo prescricional.
- c) No processo penal, a citação será realizada por mandado, quando o réu estiver no território sujeito à jurisdição do juiz que a houver ordenado. Quando o réu estiver fora do território da jurisdição do juiz processante, será citado mediante precatória.
- d) Admite-se a citação por hora certa no processo penal nos casos em que o réu se oculta para não ser citado.



Justiça Federal
Seção Judiciária do Rio Grande do Sul
Subseção Judiciária do Rio Grande
1ª Vara Federal

Nome: _____

Grade de respostas

RESPOSTAS					RESPOSTAS				
1	A	B	C	D	11	A	B	C	D
2	A	B	C	D	12	A	B	C	D
3	A	B	C	D	13	A	B	C	D
4	A	B	C	D	14	A	B	C	D
5	A	B	C	D	15	A	B	C	D
6	A	B	C	D	16	A	B	C	D
7	A	B	C	D	17	A	B	C	D
8	A	B	C	D	18	A	B	C	D
9	A	B	C	D	19	A	B	C	D
10	A	B	C	D	20	A	B	C	D

Há quem defenda que a liberdade de expressão deve ser geral e irrestrita, pois, do contrário, não haverá democracia. Outros consideram que há temas essencialmente intocáveis, por tangenciarem valores muito estimados, como cultura e religião. Há, ainda, quem defenda que a liberdade tem de coexistir com a responsabilidade e se submeter a uma ética. Nesse contexto, disserte, em no mínimo 15 e no máximo 30 linhas, sobre a relação entre o discurso de ódio e a liberdade de expressão no Estado Democrático de Direito.

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	



Justiça Federal
Seção Judiciária do Rio Grande do Sul
Subseção Judiciária do Rio Grande
1ª Vara Federal

10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	



Justiça Federal
Seção Judiciária do Rio Grande do Sul
Subseção Judiciária do Rio Grande
1ª Vara Federal

RASCUNHO

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	



Justiça Federal
Seção Judiciária do Rio Grande do Sul
Subseção Judiciária do Rio Grande
1ª Vara Federal

22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	